

QUEM DEVE VIVER? COVID-19, CORPOS PRETOS E NECROPOLÍTICA EM DISCURSOS DOS PERFIS @NOTICIAPRETABR E @ALMAPRETAJORNALISMO NO INSTAGRAM

P. R. R. D. DE OLIVEIRA¹, F. V. DA SILVA²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte¹, Universidade Federal Rural do Semi-Árido²

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-4922-8826>²

francisco.vieiras@ufersa.edu.br²

Submetido 14/09/2020 - Aceito 10/02/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.11160

RESUMO

O presente trabalho volta-se para a relação existente entre o racismo e a necropolítica no cenário da pandemia da Covid-19. Objetiva-se analisar como discursos presentes em perfis noticiosos e antirracistas da rede social *Instagram*, respectivamente, Notícia Preta BR e Alma Preta Jornalismo, evidenciam a existência de políticas de morte voltadas para os sujeitos pretos e seus corpos durante o período da pandemia. Objetivamos investigar quais estratégias de poder e modos de governo se fazem visíveis nas materialidades selecionadas. A

discussão parte do campo da Análise do Discurso de linha francesa, mais precisamente dos postulados foucaultianos em diálogo com os estudos étnico-raciais. Por meio da análise, observa-se que ao passo em que o Estado se propõe a desenvolver políticas de manutenção da vida para alguns, estabelecem necropolíticas para outros, os quais, em sua maioria, são sujeitos pretos e pobres que tem suas vidas desvalorizadas e seus corpos tidos como não choráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19, Necropolítica, Relações de poder, Corpos Pretos.

WHO SHOULD LIVE? COVID-19, BLACK BODIES AND NECROPOLITICS IN DISCOURSES OF PROFILES @NOTICIAPRETABR AND @ALMAPRETAJORNALISMO ON INSTAGRAM

ABSTRACT

The present work focuses on the relationship between racism and necropolitics in the scenario of the Covid-19 pandemic. The objective is to analyze how speeches present in news and anti-racist profiles of the social network Instagram, respectively, Preta Preta BR and Alma Preta Jornalismo, show the existence of extermination policies aimed at black subjects and their bodies. Investigating which power strategies are visible in

the selected materialities. The discussion starts from the French Discourse Analysis field, more precisely from the Foucauldian postulates in dialogue with ethnic-racial studies. Through analysis, it is observed that while the State proposes to develop life maintenance policies for some, it establishes necropolitics for others, most of whom are black and poor subjects whose lives are devalued and their bodies considered not to be weepy.

KEYWORDS: Covid-19, Necropolitics, Power relations, Black Bodies.



Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?

(ACHILLE MBEMBE).

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao cenário pandêmico instaurado pela Covid-19 e o crescente número de infectados e mortos pelo mundo, alguns dados referentes à realidade brasileira chamam a atenção, sobretudo, os que demarcam questões sociais, econômicas e étnicas. Embora, seja importante ressaltar, que tais dados não são devidamente divulgados pelo Ministério da Saúde, sendo recolhidos e compartilhados em sua maioria por iniciativas pontuais de diferentes órgãos e grupos. Em estudo liderado pela PUC-RJ, sobre o primeiro semestre de 2020, evidenciou-se que pretos e pardos com baixo índice de escolaridade morrem 4,4 vezes mais (FRANCISCO, 2020). O boletim “Curva das periferias”, iniciativa de diferentes coletivos sociais e grupos antirracistas de São Paulo, destacou que, nessa mesma época, os bairros mais atingidos pelo vírus foram os situados nas periferias de São Paulo, os quais concentram o maior percentual de pessoas pretas e pardas¹, chegaram a ter 14 vezes mais mortes que os distritos de classe média.

Nessa conjuntura, diante das estatísticas raciais relativas à Covid-19 no Brasil, constata-se que a vítima padrão em nosso país é negra, pobre e de origem periférica². Não à toa, surge nesse mesmo momento uma efervescência de manifestações antirracistas com o fito de denunciar o descaso do governo para com as diversas situações de injustiça e violência que continuam a alcançar os sujeitos pretos e pardos. Esses movimentos evidenciam que a crise causada pela pandemia do novo corona vírus não é democrática, pelo contrário, torna ainda mais visível o preconceito e as desigualdades que afetam a população preta e parda do país.

Tais questões nos levam a perceber que o cenário pandêmico, além de um turbulento evento histórico, irrompe enquanto um acontecimento que faz emergir diversos enunciados em torno dos sujeitos pretos³, seus corpos e as atuais políticas segregadoras do Estado brasileiro. Ao passo em que o mundo se colocou numa corrida contra o tempo à procura de táticas biopolíticas para a manutenção da vida, entre as quais o isolamento social e a busca por vacinas, o Brasil, em direção contrária, parece ter seguido firme um projeto necropolítico voltado para o apagamento de grupos

¹ Ver mais em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/acompanhe-o-boletim-curva-das-periferias-negros-e-pobres-diante-da-pandemia/>>. Acesso em: 08 ag. 2020.

² De acordo com um levantamento de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), organizado pela Revista Época, o perfil das principais vítimas da doença costuma ser: homem, negro e pobre. Ver em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

³ Optamos por utilizar o termo “preto” em detrimento do termo “negro”, embora no Brasil ambos sejam válidos e utilizados, variando de acordo com a construção cultural e linguística de cada grupo. No Estatuto da Igualdade Racial (instituído pela Lei nº 12.288/10, promulgada em 2010 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva) “negro” faz referência ao conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas. Em nossa perspectiva, no caso do Brasil, o racismo incide de maneira mais contundente sobre os sujeitos pretos, estando diretamente ligado ao tom da pele.



minoritários. Isso ocorre não apenas no contexto do governo federal, mas, nos diversos âmbitos sociais.

Nesse ínterim, partimos da percepção de que o Estado age sobre os sujeitos e suas existências, disciplinando os corpos e regulamentando as vidas (FOUCAULT, 2005). No entanto, para além de um biopoder responsável por articular políticas de manutenção da vida e controle populacional, acreditamos que, no caso dos sujeitos pretos brasileiros, o que ocorre continuamente, e em meio a deflagração da pandemia tornou-se mais contundente, é uma recorrente negação dos fatos históricos e da realidade social, que leva a manutenção de privilégios para alguns e de políticas de extermínio para outros. Isso nos suscita alguns questionamentos: Fazer viver quem? “Deixar” morrer porquê? Quais circunstâncias possibilitam ao Estado o direito de matar?

Nesse sentido, objetivamos investigar quais estratégias de poder e modos de governo incidem sobre a morte de sujeitos pretos em discursos a respeito da Covid-19, publicados em perfis de jornalismo antirracista e independente na rede social *Instagram*.

Foucault (2005, p. 308) considera, ao se referir ao racismo de Estado, que a função assassina na economia do biopoder só é permitida se inserida na lógica do racismo, no sentido de que a morte do outro (entendido enquanto diferente) se colocaria ao mesmo tempo como fortalecimento biológico do eu (de alguns). Mbembe (2017), por sua vez, considera o racismo como motor do princípio necropolítico, o qual “é o epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda” (MBEMBE, 2017, p.65). Ao lado de Foucault (2005) e Mbembe (2017), observamos que a especificidade do racismo moderno e, por assim dizer, do racismo contemporâneo, está diretamente ligada à técnicas e tecnologias do poder que se aprimoram constantemente.

Nossa investigação parte do campo dos estudos discursivos foucaultianos. O *corpus* é constituído por dois perfis do *Instagram*, Notícia Preta BR e Alma Preta Jornalismo, que se propõem a fomentar um jornalismo antirracista e independente com foco na disseminação de conteúdos produzidos e voltados para os sujeitos pretos e pardos. Ambos podem ser visualizados como instâncias de delimitação dos enunciados, que, ao estabelecerem um recorte interseccional, com ênfase nas relações étnico-raciais, evidenciam a posição sujeito ocupada nos discursos ali disseminados. Nos perfis são compartilhados *posts* com informações resumidas que convidam para as notícias completas disponibilizadas nos portais de cada grupo. Selecionamos duas materialidades de cada perfil, compartilhadas no período da pandemia da Covid-19.

Através da análise dos enunciados, propomos-nos a realizar, em certa medida, um diagnóstico do presente, de maneira a investigar quais relações de saber-poder se estabelecem entre os sujeitos pretos, seus corpos e o Estado, além de problematizarmos as noções de biopoder e necropolítica no panorama contemporâneo. Para tanto, debruçamo-nos sobre “as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual funciona” (FOUCAULT, 2003, p. 252) e, com isso, buscamos conceber o poder não como fonte ou origem do discurso e sim como aquilo que opera através do discurso, sendo este último “um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (FOUCAULT, 2003, p. 252).



2 DO BIOPODER ÀS POLÍTICAS DE MORTE

Para Foucault (2007; 2005), o século XIX apresenta como uma de suas principais questões certa possessão do Estado sobre o homem enquanto espécie, estabelecendo, a partir daquele momento, uma estatização do campo biológico de que o poder passa a se incumbir. Até então, o que prevalecia era o poder do soberano, tido como um direito de espada em que a prerrogativa de matar era o modo próprio de exercê-lo. O poder nesse tipo de sociedade era, antes de tudo, o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e principalmente da vida (FOUCAULT, 2007, p. 128).

É, pois, a partir do século XIX, que os fenômenos próprios à vida da espécie humana entram na história e, a estatização do fator biológico passa a ser refletida na política. Nesse momento, o poder sobre a vida articula-se a partir de dois polos interligados, a saber: a) o corpo-máquina, que consiste no adestramento do corpo e extorsão de suas forças visando uma docilidade e utilidade que o integre aos sistemas de controle, o que se dá por meio de procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas anátomo-políticas; b) o corpo-espécie, aquele transpassado pelos processos biológicos (nascimento, longevidade, mortalidade e etc.), questões que levam a uma regulamentação da vida e, portanto, a uma bio-política da população (FOUCAULT, 2007). Nesses termos, o biopoder caracteriza-se (diferenciando-se do poder soberano que tinha o direito de tirar a vida) “como um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo” (FOUCAULT, 2007, p. 131).

Nos termos de Foucault (2005, p. 302), vivemos hoje em uma sociedade da normalização, em que se cruzam por meio de uma articulação ortogonal, a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, ou dito de forma mais direta, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Entende-se, assim, por norma “o que pode tanto se aplicar a um corpo disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 2005, p. 302), de maneira que na atualidade se vive diante de um poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida.

Em meio as noções de biopoder e necropolítica, temos como ponto de partida o conceito de governamentalidade, proposto por Michel Foucault como um “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder que tem como alvo principal a população” (FOUCAULT, 2001, p. 303). Por governamentalidade entende-se, inicialmente, um exercício de poder sobre o corpo populacional que procura discipliná-lo e normatizá-lo, engendrando a lógica de um poder sobre a vida, designado de biopoder.

Historicizando essa questão, vemos que a era clássica é tida como o momento da criação dessa “arte de governar”, que num primeiro suspiro volta-se para o governo dos loucos, dos delinquentes, das crianças e dos pobres, com o intuito maior de dirigir suas práticas e condutas (FOUCAULT, 2001). Ao passar do tempo, as malhas do poder aprimoram-se, criando formas cada vez mais sutis e incisivas de governo sobre os sujeitos, os quais passam a ser organizados e geridos por ações do Estado. Este, atua através dos discursos médicos, jurídicos, midiáticos e científicos (entre outros), categorizando práticas, corpos e comportamentos ao passo em que os separam entre normais e patológicos, corretos e infratores, bons e ruins.

A governamentalidade faz referência, assim, “a regimes específicos de governo, às formas pelas quais governamos e somos governados, bem como à relação entre o governo do Estado, dos outros e de si mesmo” (BAMPI, 2002, p. 128), sendo ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado, o qual deve ser percebido como constituinte e constituidor de um campo de cálculos e intervenções e não meramente como origem do governo (FOUCAULT, 2014). Nisso repousa umas das principais complexizações do conceito.

A noção de biopoder apresentada por Foucault (2007; 2005) leva-nos a perceber como, ao longo dos séculos, não só os corpos, mas a própria vida dos sujeitos passa a ser objeto de técnicas cada vez mais sutis de governo, as quais se estabelecem por meio de biopolíticas direcionadas ao fazer viver. A esse respeito, podemos citar a regulamentação da vida conjugal, as campanhas de vacinação, estratégias para o aumento da expectativa de vida, monitoração constante dos espaços públicos, entre outros.

No entanto, faz-se forçoso questionar: a quem se destina de fato esse governo voltado para o bem-estar e bem-viver? Mais que isso, é vital observar como em Estados estruturalmente racistas e patriarcais como o Brasil as relações de saber-poder entre os sujeitos pretos, seus corpos e os modos de governo, subvertem, por vezes, a ordem do “fazer viver e deixar morrer”. Sobretudo, se compreendermos o racismo como fruto de uma combinação entre o preconceito e as relações de poder, como assevera Kilomba (2019).

Isso é visível nos dados estatísticos que dizem respeito à população preta e parda do país, que, apesar de representar 55,8% dos cidadãos, equivale apenas a 27,7% dos que possuem melhor rendimento *per capita* e, em contrapartida, a 75,2% dos que tem menor rendimento⁴. Essa população integra os índices de maior desigualdade social, indo desde a divisão de renda até o mercado de trabalho em que figuravam em 2018 cerca de 64,2% dos desempregados e 66,1% da população subutilizada (IBGE, 2019). Para além da pobreza, interligando-se a ela, o quadro da violência também possui cor no Brasil, em 2018 os negros representavam 75,7% das vítimas de homicídio. A taxa de assassinatos de negros aumentou 11,5% entre 2008 e 2018, enquanto que a de não negros diminuiu 12,9% nesse mesmo período (IPEA, 2020).

O Racismo de Estado, assim classificado por Foucault (2005), pode ser compreendido como uma espécie de política que separa, de um lado, os que devem viver e, do outro, os que precisam morrer. Ao qualificar certas raças como boas e outras como ruins, o que ocorre é uma separação do campo biológico entre os que possuem valor e os que não possuem, estabelecendo por meio disso um corte na lógica de que se incumbiu o biopoder. Seria esse corte o responsável por, após todo o processo abolicionista que retirou os escravizados da condição de objetos para a posição de sujeitos: não permitir que os pretos e pretas tivessem acesso aos mesmos direitos e bens que o restante da população. Assim, destinam-se esses sujeitos a condições de vida muito próximas ao estatuto de mortos-vivos, o que, na lógica das necropolíticas e do necropoder, promove destruição de determinadas populações e, portanto, uma desumanização dos sujeitos (MBEMBE, 2017, p. 152).

Tal desumanização se dá de diferentes maneiras, ora sutil, ora gritante, começando, a nosso ver, pelo que Mbembe (2017) nomeia de topografias da crueldade reprimidas, ao tratar das plantações e colônias como locais em que horrores aconteciam sob o olhar de todos e a tutela do

⁴ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 13 de jul. 2020.



estado. Parece-nos que parte das atuais topografias de morte são agora as periferias espalhadas pelo Brasil, em que o derramamento de sangue, seja de criminosos ou inocentes, acontece de forma rotineira e a luz do dia sob a égide de um combate ao crime que nunca cessa ou dá resultados. O Estado Brasileiro, na figura da polícia e do poder judiciário, legitima a morte e a aniquilação dos sujeitos pretos cotidianamente de diferentes formas, sendo a dita “guerra às drogas” um dos instrumentos mais eficazes dessa necropolítica, que além de matar sob o amparo dos autos de resistência⁵ também leva a um crescente encarceramento em massa.

Corroborando conosco, Borges (2017) afirma que o sistema criminal possui uma acentuada conexão com o racismo, estando seu funcionamento perpassado por esta estrutura na mesma medida em que se coloca como um mantenedor das desigualdades baseadas na hierarquização das raças. O que se observa, por exemplo, no fato de o Brasil estar hoje entre as cinco maiores populações carcerárias do mundo, ultrapassando o total de 812.000 presos de acordo com o Banco de Monitoramento de prisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desse número, 65% é composto por pretos e pardos, em sua maioria presos provisórios que aguardam julgamento num cenário que se agrava a cada dia⁶.

Em meio a este panorama compreendemos as necropolíticas como “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte que reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (MBEMBE, 2017, p. 151), o que, no caso do Brasil, está diretamente ligado a questão do racismo de estado, principalmente se levarmos em conta a afirmação de que quanto mais assassino um Estado mais racista ele é (FOUCAULT, 2005).

Bento (2018), em suas reflexões acerca do Estado e das noções de biopolítica (dar a vida) e necropolítica (promover a morte), parte da percepção de que ambas estariam inseridas na ordem da governamentalidade. Isso leva a autora a cunhar o conceito de necrobiopoder a partir da hipótese de que, para existir uma arte de governar, é necessário que se produzam ininterruptamente zonas de morte. Reside nisso, principalmente no caso brasileiro, uma dinâmica de dependência entre “dar a vida e dar a morte” quando o assunto é a relação do Estado com os sujeitos. Bento (2018) ainda explica:

[...] proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2018, p. 7).

O necrobiopoder, nesses termos, é responsável por unificar um campo de investigações que aponta atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e ao mesmo tempo políticas de manutenção da vida. Tal panorama nos parece ficar evidente no período de pandemia da Covid-19, quando ao mesmo tempo em que se instala uma preocupação para com a manutenção da vida diante do contágio de um vírus potencialmente fatal, também surgem inúmeras ações de morte direcionadas para a população preta e parda do país que em sua maioria integra as classes sociais menos favorecidas, os subempregos, as moradias das periferias e as prisões. Topografias

⁵ De acordo com Bento (2018) são técnicas de fazer morrer ou práticas de matar que seguem rotinas específicas, criadas durante a ditadura para justificar o assassinato de opositores. Ver mais no texto.

⁶ Ver mais em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/negros-e-perifericos-sao-os-mais-afetados-pelo-aumento-da-populacao-carceraria-no-brasil>>. Acesso em: 13 de jul. 2020.



esquecidas e invisibilizadas pelos poderes públicos, ou, na perspectiva de nossa investigação, governadas para a morte.

3 COVID-19 E POLÍTICAS DE (NÃO) VIDA EM ENUNCIADOS DE PERFIS DO INSTAGRAM

Em um recente ensaio, intitulado “ *De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?* ”, Butler (2020) afirma que as intersecções de gênero, raça e classe incidem sobre nossos julgamentos acerca de quais vidas têm direito de serem vividas e, conseqüentemente, quais são passíveis de morte. Nos termos da autora, se uma vida é carente de valor, podendo ser facilmente destruída sem conseqüências ou revolta, significa que ela nunca foi plenamente considerada como vida, portanto, não se fez chorável. No Brasil, é possível afirmar que os corpos pretos, quanto mais pretos e pobres, sentem o peso de não serem choráveis aos olhos do outro, mais que isso, carregam em sua carne o selo de matáveis.

Partimos da concepção de corpo para além do campo orgânico, entendendo-o como constituído através das relações que mantém com os outros e com a história no decorrer de sua existência, inteiramente atravessado por relações de poder. É no corpo que as políticas de morte e a violência do Estado deixam suas marcas, embora nem sempre se apresentem sob a forma de um golpe, como explica Butler (2020). Para Foucault (2000), o corpo é ao mesmo tempo lócus da subjetividade e sua própria condição, podendo ser definido como “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marcam e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do eu (ao qual ele tenta atribuir a ilusão de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 2000, p. 267).

No desenvolvimento de sua genealogia do poder, inspirado pela recusa de Nietzsche à ideia de uma verdade universal, Foucault (2000) rejeita a percepção da história a partir de uma perfeição das origens, reconhecendo os acontecimentos como tramas discursivas que se cruzam e entrecruzam, incidindo sobre os corpos, o que permite afirmar que o corpo “ é dominado por uma série de regimes que o constroem; é destroçado por ritmos de trabalho, de repouso e de festas; é intoxicado por venenos – simultaneamente alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais; ele cria resistências” (FOUCAULT, 2000, p. 272). Há, portanto, uma articulação entre corpo e história, que é atravessada por constantes e complexas relações de saber-poder, as quais tornam-se visíveis em meio a irrupção dos acontecimentos, como no caso da pandemia.

A Covid-19 causou a morte de milhares de pessoas pelo mundo⁷, fechou fronteiras, incidiu sobre a economia e modificou o estilo de vida contemporâneo, tudo em apenas alguns meses⁸. Apresentando-se, como já asseveram diversos estudiosos de diferentes áreas, como a primeira grande mudança do século XXI, que certamente afetará a partir de então o modo como os sujeitos se relacionam consigo mesmos, com seus corpos e com os outros. O filósofo e sociólogo Latour

⁷ Ver em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=/m/02j71&gl=BR&ceid=BR:pt-419>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

⁸ Ver em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53221331>>. Acesso em: 13 de jul. 2020. Ver mais em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/crise-economica-pode-matar-centenas-de-milhares-de-criancas-alerta-onu/>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.



(2020), a respeito disso, afirma que contemplamos hoje a plasticidade espantosa que a ordem mundial possui, o que por muito tempo foi considerado impossível. Tal crise sanitária, trouxe a questão da morte e da gestão da vida mais uma vez para o centro das discussões sociais, instaurando novas relações de saber-poder sobre os sujeitos doentes e saudáveis numa busca frenética pelo desenvolvimento de biopolíticas por um lado e necropolíticas por outro.

O primeiro caso da doença registrado no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, ocorreu em fevereiro de 2020 e no mês seguinte foi dado início ao período de quarentena no país, por orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), ficando a cargo dos governadores de cada estado as especificações acerca desse período. Desde o início, instaurou-se um conflito político quanto à necessidade ou não do isolamento social, guiado pelo então presidente da República que se mostrou contrário, defendendo um isolamento vertical apenas para o grupo de risco. Esse fato é significativo no quadro das necropolíticas nacionais, pois tornam perceptíveis em enunciados dessa ordem as posições sujeito que promovem as novas formas tecnoburocráticas de matar (MBEMBE, 2017).

Em meio ao cenário pandêmico e a triste marca de mais de 100.000 óbitos decorrentes da doença no Brasil, número registrado no início do segundo semestre de 2020⁹, discursos em torno da flexibilização do isolamento social e da relativização da doença, classificando-a como “uma gripezinha” que mata apenas idosos¹⁰, foram amplamente difundidos e compartilhados por meio das mídias digitais, em grande parte por políticos e cidadãos aliados ao governo Bolsonaro. Isso nos remete diretamente às palavras de Mbembe (2018, p. 125), ao afirmar que a política é a morte que vive uma vida humana, estabelecendo-se como um trabalho de morte.

Nesse cenário, os mais prejudicados seguem sendo os sujeitos pretos que tem seus corpos sobre a mira genocida da política seletiva, o que é visualizado nos enunciados dos *posts* a seguir, compreendidos como unidades elementares do discurso que não se reduzem a uma estrutura, enunciação ou frase, mas antes de tudo se colocam enquanto “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdo concreto, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Partimos ainda, da percepção de discurso como um campo de lutas políticas que não se limita a traduzir essas lutas ou os sistemas de dominação, mas, especialmente, o porquê e pelo que lutamos e, mais que isso, o poder que desejamos (FOUCAULT, 2009).

⁹Ver em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-08/100000-vidas-roubadas-pela-covid-19-um-retrato-da-pandemia-no-brasil-a-prova-de-negacionistas.html>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

¹⁰ Ver em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.





Figura 01: Covid-19 na periferia.

A materialidade 01, *Covid-19 na periferia*, retirada do perfil *Alma preta jornalismo*, chama a atenção para os dados divulgados pelo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde em 20 de abril de 2020, o qual estimou que o número de internações e mortes entre pessoas negras havia aumentado substancialmente. Mais que um *post* informativo, o enunciado que o constitui apresenta-se como denúncia contra a negligência sistêmica do governo para com os sujeitos pretos e periféricos. Tal função relaciona-se a própria posição política ocupada pela página que veicula o enunciado, a qual trata-se de um perfil de jornalismo independente e antirracista cujo foco é informar e denunciar a realidade social desses sujeitos no Brasil. Nesse sentido, partimos da percepção de que sendo o discurso constituído por signos, sua produção “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009, p. 8-9).

Compreendendo o discurso como um conjunto de condições de existência de certos enunciados que estão dentro de um domínio específico ou de um campo do saber, é que pontuamos a presença de nossas materialidades de análise inseridas no campo das relações étnico-raciais, no qual observa-se que o problema central do racismo tem suas bases fincadas na desigualdade social responsável por separar os sujeitos pretos e pardos dos demais. Essa questão é discutida por Kilomba (2019), ao tratar do racismo institucional para além de um fenômeno ideológico, mas, como uma opressão institucionalizada, no sentido de que é estabelecido um padrão de tratamento desigual nas operações do cotidiano que colocam os sujeitos brancos em constante vantagem em relação aos grupos racializados. Isso pode ser observado desde as agendas educativas, passando pelo mercado de trabalho e, no caso em questão, no acesso à saúde e à qualidade de vida.

Ao nos debruçarmos sobre o enunciado da materialidade 01, somos convidados imediatamente a refletir sobre a situação das periferias durante o período de quarentena. As áreas periféricas possuem uma realidade e demanda diretamente ligadas à população preta e parda do Brasil. Para Borges (2017, p. 37), trata-se de um dos efeitos do sistema escravocrata, que, ao abolir “a escravidão no país, como prática legalizada de hierarquização racial e social, outros foram os mecanismos e aparatos que se constituíram e se reorganizaram [...] como forma de garantir controle social, tendo como foco os grupos subalternizados estruturalmente”. Aparatos estes, responsáveis por criar as atuais topografias de morte em que as periferias se encaixam por serem continuamente esquecidas e/ou aterrorizadas.



Figura 02: Operação policial durante a pandemia.

A materialidade 02, *Operação policial durante a pandemia*, constitui um *post* compartilhado em 15 de maio de 2020, em que os enunciados verbo-visuais exibem uma cena de violência e terror causada pela polícia do Rio de Janeiro (RJ). O fato aconteceu durante o dia e aos olhos de toda população, como fica visível no pequeno vídeo que compõe a postagem. A legenda, ao lado direito, explica que, em meio ao número de 2 mil mortos por coronavírus no Estado (na data em questão), o governo do Rio de Janeiro realizou uma operação com a polícia civil e o BOPE¹¹ no Complexo do Alemão¹², que resultou em cinco mortos e um ferido. Os corpos foram deixados na entrada da comunidade e tiveram que ser retirados por familiares e moradores.

Essa alvitrada “guerra” às drogas e à criminalidade constitui um dos atuais instrumentos mais eficazes das políticas de morte do Brasil, já que, embutidos de um discurso a favor do cidadão de bem, atos violentos e assassinos acontecem todos os dias pelas periferias do país. É nesse sentido que compartilhamos das proposições de Bento (2018), quanto ao fato de que na história do Estado

¹¹ Sigla para Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), força de operações especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

¹² Região Norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ) que abriga um dos maiores conjuntos de periferias do município.

brasileiro “dar a vida e dar a morte” são questões que não podem ser pensadas de forma separada. O que em nossa percepção, não se distancia das elucubrações foucaultianas no tocante à questão da governamentalidade e mais especificamente do biopoder, pelo contrário, observamos nitidamente na sequência enunciativa da materialidade 02 a afirmação de Foucault (2005, p. 306) de que “o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não a vitória sobre os adversários políticos, mas a eliminação do perigo biológico”, assim, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”.

Para entender tal afirmação, é necessário levar e conta que o principal alvo da polícia nesse suposto combate ao crime nas periferias são os corpos pretos, maioria nesses espaços. Estes carregam em si o estigma do crime devido as relações de poder eminentemente racistas, estabelecidas ao longo da história por uma visão negativa que foi construída através de “narrativas da desonra e da inferiorização, resultando no preconceito” (KILOMBA, 2019, p. 75). Esse preconceito perpassa o sistema de justiça nacional que através de um recorte classista e racista se organiza pela vingança e punição (BORGES, 2017).

Nesse cenário, observa-se uma institucionalização do terror nos termos de Butler (2020), para quem as instituições, o governo e a polícia contribuem ativamente para a reprodução social da violência. Assim, mesmo em meio ao período de quarentena e mortes em massa causadas por um vírus fatal, as necropolíticas não tem pausa no Estado Brasileiro, como fica evidente na materialidade 02.

Com o coronavírus e o alerta mundial de pandemia, o medo da morte iminente passou a assombrar todas as pessoas, no entanto, esse medo sempre existiu para os sujeitos pretos no Brasil, que carregam em si um corpo matável. Isso pode ser observado a seguir por meio da análise da materialidade 03, a qual demonstra que no lugar de uma implementação de políticas públicas efetivas para a manutenção da vida de toda a população, o que acontece no caso do Brasil é uma contundente evidência das políticas de morte já estabelecidas, que nesse momento só atualizam seus rituais e ritos de eliminação (BENTO, 2018).



Figura 03: Adolescente assassinado pela polícia durante quarentena.

A materialidade 03, *Adolescente assassinado pela polícia durante a quarentena*, compartilhada pelo perfil Notícia Preta BR, em 19 de maio de 2020, noticia mais uma operação policial realizada em zona periférica da região metropolitana do Rio de Janeiro (no Complexo do Salgueiro em São Gonçalo), durante o declarado estado de pandemia no Brasil. Junto ao enunciado principal, ao fundo, somos apresentados a foto de João Pedro Mateus, garoto preto de 14 anos, morto em sua própria casa, enquanto se distraía com o celular. Outro fato relevante denunciado na legenda do *post* é que o corpo do jovem foi removido pela polícia, sem aviso ou consentimento da família.

Ao nos depararmos com as sequências enunciativas que constituem a postagem, visualizamos diferentes questões que perpassam a ação racista do Estado, entre as quais a violência, a política de morte e a desvalorização do corpo preto. Manifestam-se nessas sequências jogos de poder-saber que visibilizam o campo de luta política travada em torno das questões étnico-raciais em tempos de pandemia da Covid-19. Além disso, entrevemos a posição-sujeito do perfil noticioso que se apresenta enquanto delator dos abusos policiais e, por conseguinte, estatais, que afligem os sujeitos pretos e periféricos mesmo quando estes estão em suas casas.

Observando a materialidade, somos guiados ao pensamento de Butler (2020) a respeito da violência não ser apenas ato, mas também instituição e atmosfera tóxica de terror, estando esses pontos conectados um ao outro em uma dialética que potencializa o terror. Mbembe (2018, p. 130), ao discorrer sobre o surgimento do terror moderno e sua função no ato de governar, que necessariamente passa pela história da escravidão, o relaciona a narrativas de dominação e emancipação, sustentadas por concepções iluministas acerca do “real” e simbólico, da verdade e do erro. Tais narrativas amparam, desde a colônia, um entrecruzamento entre as relações de vida e morte, as políticas de crueldade e os símbolos do abuso (MBEMBE, 2018), responsáveis por instaurar uma formação peculiar de terror que reverbera até os dias atuais nas periferias brasileiras, as quais podem ser concebidas como as novas colônias e senzalas em que o próprio Estado instaura zonas de morte.

Nesses termos e observando as materialidades 02 e 03, é flagrante como o necropoder opera por meio de uma formação específica de terror, que no caso brasileiro liga-se diretamente ao racismo, fomentado por um processo de desumanização e industrialização da morte, que, de acordo com Mbembe (2018), teve sua culminância com o nazismo e a nosso ver mantém suas raízes fincadas até hoje. Não à toa, Kilomba (2019), partindo de elucubrações de Fanon (1967), afirma que o trauma das pessoas negras provém, para além de eventos familiares, de um traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, traduzida como a irracionalidade do racismo que coloca os sujeitos pretos e pardos sempre no lugar do “outro” estranho, diferente, incompatível. No caso do Brasil, tal barbaridade se dá tanto na ordem de políticas de morte física quanto simbólica. Alicerçadas em um terror que se estabelece pelo preconceito, o que permite afirmar que “o racismo é uma realidade violenta” (KILOMBA, 2019, p. 71).

Se no contexto da colonização, “a natureza humana no escravo” era figurada como uma sombra personificada que resultava em uma tríplice perda: do lar, do *status* político e do direito sobre seu corpo (MBEMBE, 2018, p. 131). Ainda hoje, em Estados racistas, o corpo preto é capturado e distribuído em uma hierarquia que retira dele a possibilidade de reconhecimento como humano (BENTO, 2018). O que fica evidente nos trechos da materialidade 03, que dizem, “A polícia levou



João em um helicóptero e não deixou nenhum familiar acompanhar” e “Família só é informada horas depois”. Ambos os enunciados fazem referência ao corpo já sem vida do adolescente, que, além de ser morto pelo Estado sob a figura da polícia, após sua morte ainda é retirado de casa de maneira abusiva, como se, ao invés de um corpo, fosse um mero objeto. Tais sequências enunciativas desvelam não só a ação violenta e arbitrária da polícia, mas, as relações de força que fabricam o corpo preto como um corpo público e matável que não detém domínio sobre si mesmo, reportando-nos à concepção de corpo em Foucault (2000), como local de manifestação do poder e contestação de lutas, que manifesta o estigma do passado e faz brotar desejos e erros, sendo ao mesmo tempo normalizado e resistente. Resistência nesse caso, expressa por meio do *post* que ao apresentar uma imagem de João Pedro também faz uso de seu corpo, no entanto, como forma de denúncia.

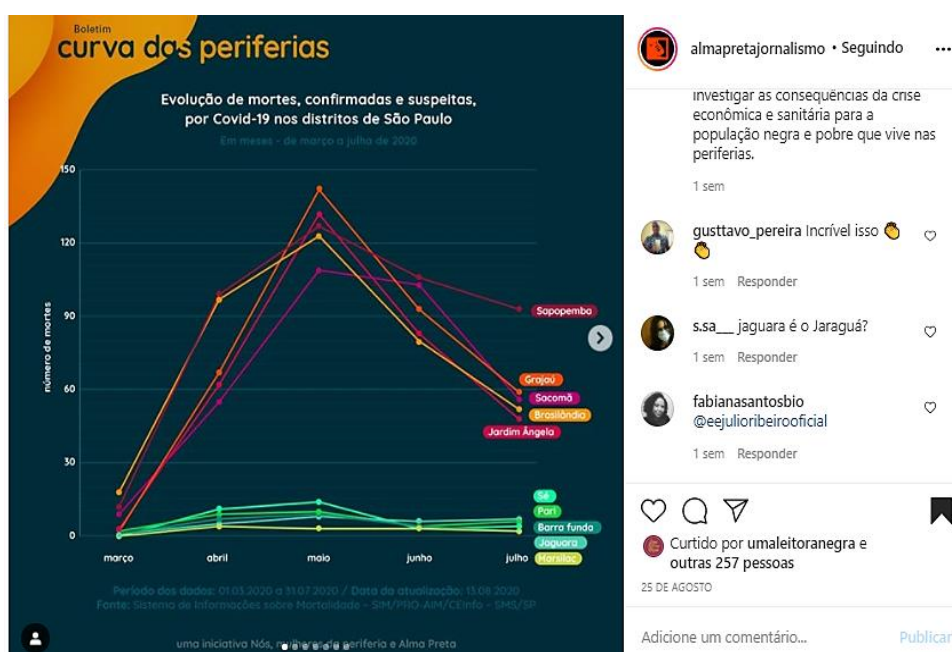


Figura 04: Evolução das mortes nos distritos de São Paulo.

O *post*, *Evolução das mortes nos distritos de São Paulo*, compartilhado pelo perfil Alma Preta Jornalismo, em 25 de agosto de 2020, cinco meses após o declarado estado de pandemia, reúne em seus enunciados verbo-visuais informações relativas ao número de infectados e mortos pela Covid-19 em São Paulo. A postagem trata do boletim, “Curva das periferias”, que elabora mensalmente um *ranking* com os cinco distritos mais e menos afetados desde o início da pandemia, além de traçar um panorama acerca das mortes causadas pelos vírus. O boletim é iniciativa dos coletivos e grupos antirracistas: Nós, Mulheres da periferia e Alma Preta Jornalismo.

A materialidade 04 aponta que os bairros mais afetados, como no início da quarentena, continuam sendo os localizados nas periferias da cidade, onde habitam em maior número pessoas pretas e pardas. Os bairros centrais e de classe média ocupam a ponta inversa do gráfico com o menor número de mortes. Observa-se, ainda, que os bairros Sapopemba, Brasilândia e Grajaú chegaram a ter 14 vezes mais mortes que bairros como Barra Funda e Sé, de modo a pontilhar que

que a crise sanitária instaurada pelo novo corona vírus apresenta bem mais consequências nocivas para os sujeitos pretos, pobres e periféricos.

Essa questão que pode ser compreendida ao problematizarmos as diferentes formas pelas quais o racismo incide sobre a sociedade brasileira, com destaque, nesse caso, para o racismo estrutural. Aquele que é, como o próprio nome já diz, revelado em um nível estrutural, “pois pessoas negras e *people of color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas” (KILOMBA, 2019, p. 77). Algumas dessas estruturas são, em tese, responsáveis por assegurar direitos básicos garantidos pela constituição, como saúde, educação, saneamento e lazer. Sendo, sobretudo, questões relativas ao acesso a saúde, saneamento básico e alimentação saudável, as que parecem ter mais impacto sobre a letalidade ou não do novo coronavírus.

Os enunciados aqui expostos tornam visível o campo de lutas e batalhas de que o discurso é formado e por meio do qual o poder se manifesta enquanto relações de forças de alguns sobre outros. Nossa ênfase não esteve em exibir resquícios de privilégios da soberania estatal que, por meio das atuais necropolíticas, ainda subjugam os sujeitos e seus corpos. Ao contrário, procuramos dar vazão a como uma multiplicidade de elementos discursivos, notadamente políticos, fazem uso de diferentes estratégias de saber-poder como forma de denunciar o racismo de estado manifestado no cenário pandêmico brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da percepção de que pensar o discurso é pensar o poder e o sujeito, ou melhor, as relações de poder e as posições do sujeito no interior de determinadas modalidades enunciativas, as quais nos remetem a uma dispersão e não a uma síntese (FOUCAULT, 2008). Assim, chegamos à conclusão de que os perfis de jornalismo antirracista e independente se colocam na posição constante de denuncia das necropolíticas que recobrem a população preta e parda do Brasil durante a pandemia da covid-19, as quais subjugam a vida dessa população ao poder da morte.

O Alma Preta Jornalismo e o Notícia Preta BR rompem com a construção do olhar e do vocabulário do branco sobre os sujeitos pretos, possibilitando que as palavras, vozes e pautas da população negra sejam produzidas, veiculadas e consumidas pela própria população, de maneira a denunciar as diferentes formas de racismo diário que levam a criação de mundos de mortes (MBEMBE, 2018) e políticas de extermínio.

“Estamos todos no mesmo barco”, este foi um dos enunciados que reverberou de maneira acentuada no início da pandemia, o qual parece distorcer a realidade social herdada por parte da população brasileira desde os tempos da colonização e, consolidada diariamente por meio das necrobiopolíticas. Enquanto homens e mulheres pretas precisaram sair de casa para trabalhar, pegando ônibus lotados e colocando em risco suas vidas, sem ter condições, por vezes, de comprar álcool e remédios; times de futebol inteiros voltaram a treinar em plena pandemia fazendo uso de



dezenas de testes por dia¹³, testes que chegaram a faltar no SUS (Sistema Único de Saúde)¹⁴. Ao passo em que a classe média se queixava do tédio e da falta de convívio social, as classes menos favorecidas sentiam fome e falta de trabalhar, ainda que em subempregos. Não estamos no mesmo barco. Alguns desfrutavam sua viagem em cruzeiros, outros não tem sequer boias para repousar do cansaço de um nado exaustivo. No caminho, muitos morrem afogados. A questão agora é se estaríamos, ainda, no mesmo mar?

REFERÊNCIAS

- Bampi, L. (2002). Governo, Subjetivação e Resistência em Foucault. Revista: Educação e Realidade, 27 (1): 127-150.
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cad. Pagu, Campinas, n.53.
- Borges, J. (2017). O que é encarceramento em massa?. Belo Horizonte – MG: Letramento.
- Butler, J. (2020). De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?. El País. Retrieved 20 jul, 2020, from <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>.
- Foucault, M. (2000). Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução Elisa Monteiro (Ditos e Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009). A ordem do discurso. 19. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2008a). Arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). Governamentalidade. In: Foucault, M. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 217-293.
- Foucault, M. (2007). História da Sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal Edições.
- Foucault, M. (2005). Aula de 17 de março de 1976. In: Foucault, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-316.
- Foucault, M. (2001). Os anormais: curso no Collège de France. Tradução: Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fonseca.

¹³ Ver em: <<https://globoesporte.globo.com/rj/futebol/noticia/fim-de-ferias-protocolo-e-testes-em-reuniao-paralela-a-federacoes-clubes-discutem-volta-aos-treinos.ghtml>>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

¹⁴ Ver em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/23/faltam-testes-rapidos-em-cidades-do-ac-com-maiores-indices-de-contaminacao-por-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 20 de jul. 2020



Francisco, M. (2020). CEP cancelado. Le Monde - Diplomatie Brasil. Retrieved 08 ago, 2020, from <https://diplomatie.org.br/cep-cancelado/>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2019). Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil (informativo). Retrieved 10 jul, 2020, from https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). (2020). Atlas da violência. São Paulo: Ipea.

Latour, B. (2020). O futuro depois do Coronavírus. El País. Retrieved 10 ago, 2020, from <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-24/bruno-latour-nao-existe-sistema-capaz-de-resistir-a-viralidade-da-acao-politica.html>.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições.

Mbembe, A. (2017). Políticas da inimizade. Trad. Marta Lança. Lisboa (Portugal): Antígona editores refractários.

OLIVEIRA, P. R. R. D. (2020). Mete bala em João Pedro! - Racismo como ação do Estado. Mossoró, Instagram: [geduern](https://www.instagram.com/geduern). Retrieved 10 jul, 2020, from https://www.instagram.com/tv/CAkuwXVpN3L/?utm_source=ig_web_copy_link.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Oliveira, P. R. R. D. de, Silva, F. V. da (2021). Quem deve viver? Covid-19, corpos pretos e necropolítica em discursos dos perfis @noticiapretabr e @almapretajornalismo no *Instagram*. *Holos – IV Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. 37(3), 1-17.

SOBRE OS AUTORES

P. R. R. D. DE OLIVEIRA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: pamella_rochelle@hotmail.com

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-4922-8826>

F. V. DA SILVA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-4922-8826>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: LENINA SILVA E LEANDRO COSTA



